

**A(O) ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) E COMISSÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO.**

**PREGÃO ELETRÔNICO N°90020/2025**

**PROCESSO N°: 2362/2024**

**OBJETO:** 4.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preço para aquisição de Mamógrafos e Tomógrafos, conforme as especificações constantes deste Edital.

A **IMX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 51.577.256/0001-05, representada neste ato pelo seu representante legal, a seguir denominada simplesmente de IMPUGNANTE, vem através desta, tempestivamente, na forma da legislação vigente, ofertar:

## **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Com fundamento no item 1.8 do Edital do certame supra identificado, o que faz pelos motivos de fato e direito que adiante passa a expor.

### **I – DA TEMPESTIVIDADE:**

A presente IMPUGNAÇÃO é tempestiva, haja vista que, conforme estabelece o item 1.8.1 do Edital, a impugnação deve ser realizada em até 3 (três) dias úteis antes que anteceder a abertura da sessão pública, que ocorrerá em 14/07/2025. Vejamos:

1.8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Portanto, a presente impugnação deverá ser recebida pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio para que, na forma da lei, seja admitida, processada e, ao final, julgada procedente.

### **II – DAS INTIMAÇÕES:**

Diante do Princípio da Publicidade requer que todos os atos do presente procedimento administrativo sejam encaminhados via e-mail à [juridico@imexmedical.com.br](mailto:juridico@imexmedical.com.br) e [licitacao@imexmedical.com.br](mailto:licitacao@imexmedical.com.br) e /ou Carta Registrada ao endereço: Rua das Embaúbas, 601, Fazenda Santo Antônio, São José/SC - CEP 88.104-561, sob pena de nulidade de todos os atos processuais.

### **III – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS:**



A IMX registra de pronto que confia na lisura, imparcialidade, isonomia e razoabilidade a ser praticada no julgamento pelos Senhores(as) Pregoeiros(as) e Nobre Comissão deste certame, evitando assim a apreciação do mérito pelo Poder Judiciário.

#### **IV – DOS FUNDAMENTOS TÉCNICOS:**

A IMPUGNANTE através da análise do Edital observou que o presente certame possui itens/especificações que restringem a participação de mais empresas, impedindo a livre concorrência e consequentemente, trazendo maior onerosidade aos cofres públicos, uma vez que haverá restrição na participação das empresas concorrentes.

O Edital de licitação deve ter como base a escolha da proposta mais vantajosa à Administração Pública, acontece que o Edital está descrito de maneira a restringir a participação de outras empresas interessadas, aumentando a competitividade ao certame.

Diante disto, imperioso realizar a retificação/alteração/exclusão dos itens descritos no “TERMO DE REFERÊNCIA” referente ao equipamento “**TOMÓGRAFO COMPUTADORIZADO**”, conforme segue abaixo:

ALTERAR DE: Taxa de resfriamento térmico do ânodo igual ou superior a 800 KHU/minuto;

PARA: Taxa de resfriamento térmico do ânodo igual ou superior a 800 KHU/minuto;

JUSTIFICATIVA TÉCNICA: Solicitamos avaliar a possibilidade de alteração da capacidade de dissipação mínima de até 800KHU/min para 735KHU/min.

O motivo de nossa solicitação deve-se ao fato que o equipamento da IMEX, modelo Imagine ONE 32 canais e 64 cortes possui um tubo de Raios-X com capacidade de armazenamento de 3.5MHU e 735KHU/min. Considerando que essa capacidade de tubo de Raios-X foi desenvolvida para atender a demanda de aquisição em tempos mais longos de aquisições helicoidais (máximo de 100 segundos ininterruptos) e que a redução fica em torno de 8% ao solicitado pelo edital, entendemos que ela não comprometerá o desempenho do equipamento e assim viabilizaria a participação de um maior número de fornecedores devidamente capacitados mantendo a isonomia do processo licitatório.

A redução da capacidade térmica do anodo para 735 KHU é compatível com a tecnologia atual de tomógrafos de 32 canais e 64 cortes, que possuem sistemas de resfriamento e tubos otimizados para suportar cargas térmicas menores, porém com maior eficiência e rapidez na aquisição de imagens. Isso garante a robustez do equipamento, a qualidade diagnóstica e a segurança operacional, mantendo a capacidade de realização dos exames exigidos.

As modificações/alterações solicitadas acima servem para aumentar a participação de empresas interessadas no processo, pois as mesmas **NÃO ALTERAM A QUALIDADE DIAGNÓSTICA DO EQUIPAMENTO**, tampouco a sua acurácia e precisão.

#### **V – DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO:**

Solicitamos o aceite das modificações porque não interferem na qualidade do exame, nem no seu manuseio, não causando nenhuma perda ao operador médico e nem ao paciente. Além disso, estas mudanças nas



características também auxiliam a Administração Pública e agregará ganho socioeconômico ao pleito, pois caso não seja acatado somente restringirá a participação de mais empresas no certame, diminuindo a concorrência.

Se apenas uma empresa pode oferecer o equipamento exigido, há visível vedação a participação de outras empresas, com características semelhantes ou superiores ao do equipamento exigido podendo inclusive ofertar o menor preço, frustrando o princípio da igualdade.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) já decidiu:

Súmula 177. [...] Inclua a definição de todos os itens que compõem os serviços licitados de forma sucinta e clara, **permitindo que todos os licitantes concorram em igualdade de condições**, conforme o previsto no art. 3º e inciso I do art. 40 da Lei nº 8.666/1993.

Diante disto, não pode a Administração Pública favorecer determinadas empresas em desfavor de outras, pois restringe o melhor preço que poderá vir a ser praticado no momento da oferta de lances.

O artigo 9º, parágrafo primeiro, inciso I da Lei nº 14.133/21 estabelece o seguinte:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) **comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório**, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
  - b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
  - c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
- (grifos nossos)

O artigo 5º, da Lei nº 14.133/21 positiva o princípio da competitividade. Este importante princípio implementa o princípio da igualdade ao vedar que o administrador público estabeleça regras ou condições no ato convocatório do certame que, por serem dispensáveis ou desproporcionais acabem por excluir potenciais competidores, comprometendo, restringindo ou frustrando o seu caráter competitivo.<sup>1</sup> E isso porque é a competição que proporciona a obtenção da proposta mais vantajosa pela Administração. E para que esse objetivo possa ser alcançado, é indispensável oportunizar o acesso à competição do maior número possível de licitantes.

Em razão de uma imposição legal, ao tomar conhecimento da existência de cláusula editalícia impertinente/irrelevante capaz de comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, o administrador público, no exercício do seu poder-dever de autotutela, deverá retificar o ato convocatório a fim de excluir ou retificar as cláusulas eivadas de vício de legalidade, sob pena de manutenção de sua nulidade.

O renomado doutrinador Hely Lopes Meirelles, também nos ensina a respeito:

**A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame**, que através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que

---

<sup>1</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27ª edição. São Paulo: Atlas. 2014. p.249.



desiguale os iguais ou iguale os desiguais. **O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio do poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público.** MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27. ed Ed. Malheiros Editores. São Paulo:2002. pg. 262

Caberá à Administração, na fase interna antecedente à própria elaboração do ato convocatório, avaliar os requisitos necessários, restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade dos licitantes.” **“Um dos caracteres mais marcantes da Lei nº 8.666 foi a redução da margem de liberdade da Administração Pública nesse campo e a limitação do âmbito das exigências. Buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação.**

(...) Para mitigar tal risco, é indispensável atentar para a lição contida no Acórdão 2.383/2014-TCU-Plenário, no sentido de que, **em licitações para aquisição de equipamentos, havendo no mercado diversos modelos que atendam completamente as necessidades da Administração, deve o órgão licitante identificar um conjunto representativo desses modelos antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para modelo específico e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado**”.

Nada poderá ser decidido além do constante no Edital. A descrição do objeto da licitação contida no edital não pode deixar margem a qualquer dúvida nem admite complementação a posteriori. Entre a opção de uma descrição sucinta e uma descrição minuciosa, não pode haver dúvida para a Administração Pública. Tem de escolher a descrição completa e minuciosa. **Certamente, a descrição deve ser clara. Mas “minúcia” não significa “obscuridade”. Se a descrição do objeto da licitação não for completa e perfeita, haverá nulidade** [...] São os princípios norteadores da licitação a “vinculação ao edital” e o “julgamento objetivo”. (JUSTEN FILHO, ano 2003, p. 217)

O doutrinador Marçal Justen Filho<sup>2</sup> destaca também que *“O edital deverá subordinar-se aos preceitos constitucionais e legais. Não poderá conter proibições ou exigências que eliminem o exercício do direito de licitar, importem distinções indevidas ou acarretem preferências arbitrárias”*. (SIC)

Portanto, o Administrador Público responsável por este certame, deverá retificá-lo, no exercício de seu poder-dever, alterando os itens apontados na presente impugnação, eis que frustram o caráter competitivo do certame.

## **VII – DOS PEDIDOS**

---

2 MARÇAL JUSTEN FILHO, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Edição. Pg. 474.



Pelo exposto, em face dos princípios e regras que norteiam a atuação da Administração Pública, requer que a presente **IMPUGNAÇÃO**, frente a visível afronta ao Princípio da Igualdade e Competitividade, seja conhecida e julgada **PROCEDENTE** para que:

- a) O presente certame seja SUSPENSO para as devidas adequações de direito, e ato contínuo;
- b) Sejam sanadas as irregularidades apontadas do Edital em epígrafe, quais sejam:
  - (i) Retificar/excluir as exigências de especificações restritivas de competição apontadas na fundamentação retro; e
  - (ii) Excluir ainda qualquer cláusula que viole competitividade e a isonomia dos licitantes, conforme fundamentação.
- c) De qualquer decisão proferida sejam fornecidas as fundamentações jurídicas da resposta e todos os pareceres jurídicos e técnicos a este respeito;

Por fim, a IMPUGNANTE deixa claro que visualizada de forma clara o seu Direito Líquido e Certo neste Processo Administrativo, confiando no julgamento de forma justa, razoável e legal para se evitar a busca pelo Poder Judiciário.

Nesses termos,

Pede e aguarda deferimento.

São José/SC, 08 de julho de 2025.

MARCUS  
DANIEL  
FRACANELA:25  
625637865

Assinado de forma digital  
por MARCUS DANIEL  
FRACANELA:25625637865  
Dados: 2025.07.08  
15:06:48 -03'00'

---

IMX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA



**RESPOSTA IMPUGNAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico nº 900202025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2362/2024**

O objeto da presente licitação é o Registro de preço para aquisição de Mamógrafos e Tomógrafos

**EMPRESA: IMX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**

Trata o presente de resposta à IMPUGNAÇÃO apresentada pela **IMX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**

Considerando o item 1.8 do edital: – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: [cplsaudesg@gmail.com](mailto:cplsaudesg@gmail.com), bem como o art. 164 da Lei 14.133/21.

**DO PEDIDO:**

- a) O presente certame seja SUSPENSO para as devidas adequações de direito, e ato contínuo;
- b) Sejam sanadas as irregularidades apontadas do Edital em epígrafe, quais sejam:
  - (I) Retificar/excluir as exigências de especificações restritivas de competição apontadas na fundamentação retro; e
  - (II) Excluir ainda qualquer cláusula que viole competitividade e a isonomia dos licitantes, conforme fundamentação.
- c) De qualquer decisão proferida sejam fornecidas as fundamentações jurídicas da resposta e todos os pareceres jurídicos e técnicos a este respeito;

**DECISÃO:**

Em atenção à impugnação protocolada sob o documento supracitado, informamos que, após diligência junto ao setor técnico responsável pela elaboração do Termo de Referência e do descritivo do item, o Serviço de Radiologia, em conjunto com a Engenharia Clínica das unidades de saúde do Município de São Gonçalo, manifesta-se pela improcedência das alegações apresentadas pela empresa IMX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, com base nas seguintes considerações técnicas e assistenciais:

1. Fundamentação Técnica: As especificações constantes no edital foram elaboradas com base em estudo técnico preliminar, devidamente respaldado no perfil assistencial das unidades de saúde do Município de São Gonçalo. Os requisitos técnicos definidos visam assegurar a aquisição de equipamento compatível com a complexidade e as necessidades clínicas reais da instituição.

2. Impacto da Flexibilização: A eventual flexibilização dos parâmetros propostos comprometeria a qualidade do atendimento, podendo gerar restrições técnicas e assistenciais que afetariam negativamente a segurança do paciente e a efetividade dos serviços prestados à população.

3. Princípios da Administração Pública: As exigências estabelecidas estão em conformidade com os princípios da eficiência e da continuidade do serviço público de saúde, sendo, portanto, legítimas e necessárias para o pleno atendimento do interesse público.

Diante do exposto, mantêm-se integralmente as especificações técnicas originalmente previstas no edital, por atenderem de forma plena à finalidade do certame e ao interesse público.

Sendo assim, requer-se a Vossa Excelência que seja **INDEFERIDA** a impugnação apresentada pela **IMX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, mantendo inalterado o edital do Pregão eletrônico n°. 90020/2025, que ocorrerá no dia 14/07/2025.

São Gonçalo, 10 de julho de 2025.

Atenciosamente,

**Vinicius Contílio Quintan**  
**Subsecretário de Atenção Especializada**  
**Mat.: 128.639**

**Flavia Paiva Gomes**  
**Assessora Técnica de Atenção Hospitalar**  
**Urgência e Emergência**  
**Mat: 343.656**